

## **HISTÓRIA, CULTURA E ECONOMIA: UMA ANÁLISE DA DIVERSIDADE DAS SOCIEDADES A PARTIR DAS REFLEXÕES VEBLENIANAS**

**Alessandra André**

(Doutoranda em História Social das Relações Políticas/ UFES)

### **Resumo:**

O presente artigo tem como objetivo central discutir os principais pontos da economia política desenvolvida por Thorstei Veblen, principalmente no que tange a influência da antropologia em seu trabalho, com a finalidade de demonstrar como as sociedades humanas se comportam de maneiras diferentes a partir dos hábitos, do meio e das instituições em que estão inseridas. Buscamos dessa forma, com o auxílio de estudos provenientes da *Nova História Cultural* e da Antropologia, ajudar a desconstruir preconceitos que ainda persistem com as sociedades antigas, principalmente com as sociedades ditas primitivas, que ainda hoje, quando analisadas por especialistas de outras áreas, são consideradas incompletas, ou inferiores, quando comparadas com a sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Economia política; Diversidade cultural; Abordagem vebleniana.

### **Abstract:**

The present article has as main objective to discuss the main points of the political economy developed by Thorstei Veblen, mainly as far as the influence of the anthropology in his work, with the purpose of demonstrating how the human societies behave in different ways from the habits, in their environment and the institutions in which they are inserted. In this way, with the help of studies from

the *New Cultural History* and Anthropology, we seek to help deconstruct prejudices that still persist with ancient societies, especially with so-called primitive societies, which, even today, when analyzed by specialists from other areas, are considered incomplete, or inferior, when compared with the capitalist society.

**Keywords:** Political economy; Cultural diversity; Veblenian approach.

Durante muito tempo, as sociedades antigas, principalmente as chamadas comunidades primitivas, padeceram diante de visões reducionistas sobre o ser humano, a cultura e a economia. Muitos pensadores olhavam para as sociedades acima citadas a partir dos valores das sociedades em que estavam inseridos, e desta forma acabavam por criar explicações anacrônicas e juízos de valores sobre essas. As sociedades ditas pré-históricas e as da antiguidade acabavam, na maioria das vezes, sendo analisadas a partir da ótica da sociedade capitalista que começou a ganhar seus contornos iniciais no fim do período medieval. Desta forma, o mundo antigo, e os grupos que compunham este mundo, chamados também de sociedades pré-capitalistas, acabavam por serem vistos através do viés capitalista, da ideia de progresso, e de uma perspectiva iluminista do homem. Este quadro começa a mudar a partir do fim do século XIX, e, sobretudo a partir da crise de paradigmas que os anos 60 do século XX trariam para o ocidente.

Um dos campos de estudos responsáveis pela mudança de visão sobre as sociedades humanas ao longo da história foi o da sociologia. De acordo com Eric Hobsbawm (2011), o contexto do fim do século XIX e início do século XX, marcado por conturbações sociais, e crise econômica, também fora marcado por uma crise intelectual ou, melhor dizendo, por uma crise da razão.

Segundo o autor britânico, a sociologia teria sido o produto mais original das ciências sociais nesse período, pois buscou compreender intelectualmente as transformações históricas que permeavam a sociedade ocidental no período do *imperialismo* (2011, p. 420-21). Neste contexto, a sociologia não era bem

definida como disciplina, e havia poucos estudiosos que possuíam a nomenclatura de sociólogo. Foi em especial nos EUA, que havia um número significativo de sociólogos propriamente ditos, e muito do que hoje classificamos como sociologia era produzido por homens de outras áreas. Na realidade, “[...] O que deu a esse campo alguma unidade foi a tentativa de entender uma sociedade que as teorias do liberalismo político e econômico não podiam, ou não podiam mais, abranger [...]” (HOBSBAWM, 2011, p. 422). Um desses homens, que não possuía uma formação ligada ao campo da sociologia, mas que produziu trabalhos que permeavam a esfera dos estudos sociológicos, foi o economista americano Thorstein Veblen (1857-1929).

O conjunto dos trabalhos produzidos por Veblen é marcado, sobretudo, pela influência da antropologia, e pelo aspecto teórico e metodológico. O pensador norte-americano foi autor de um sistema original de economia política, onde levou em consideração a importância da história, enquanto processo, logo como transformação, para a análise dos sistemas econômicos das sociedades humanas. Veblen, mostrou desta forma, que as sociedades humanas são diversas, assim como a economia destas.

É a partir destes pressupostos, que pretendemos mostrar neste artigo, a partir da teoria econômica de Veblen,<sup>1</sup> principalmente no que tange a influência da antropologia em seu trabalho, como as sociedades humanas se comportam de maneiras diferentes a partir do meio e das instituições em que estão inseridas, principalmente no que se refere ao aspecto econômico. Assim, buscamos ajudar a desconstruir ao mesmo tempo preconceitos que ainda persistem com as sociedades antigas, principalmente com as sociedades ditas primitivas.

O pensamento de Veblen ainda é pouco analisado no Brasil. Geralmente, nosso autor é considerado o fundador do *institucionalismo econômico*, e colocado dentro da corrente do pensamento econômico chamado de

---

1

Para isso, nos baseamos principalmente nas ideias expostas no ensaio emblemático de Veblen de 1898: *Why is Economics not an Evolutionary Science?*

*heterodoxo*, por divergir dos neoclássicos, ou marginalistas.<sup>2</sup> Ao nosso ver, a teoria de Veblen é uma das críticas mais originais ao capitalismo, e “[...] carrega a percepção das relações sociais em termos de instintos, hábitos de vida e pensamento e institucionalização de padrões de conduta, elementos de referência para a compreensão de seu institucionalismo [...]” (SILVA, 2008, p. 133).

Na verdade, o institucionalismo foi uma espécie de resposta à ortodoxia econômica moderna, sendo na forma da economia política diferente da economia neoclássica, por se basear na premissa fundamental de que a economia não pode ser separada dos sistemas político e social nos quais ela está inserida. Hoje, essa premissa é amplamente aceita no meio acadêmico, principalmente no das ciências sociais e no da história. A renovação dos estudos culturais, iniciada a partir da segunda metade do século XX, e que Michel Foucault (1984) foi um dos grandes colaboradores, mostrando que o poder não possui um lugar em si, mas que na realidade permeia todo o corpo social, serviu para corroborar que a realidade não é compartimentada em blocos, mas que o econômico, o político, o social, entre outros, estão entrelaçados – enfim, a realidade é complexa.

O institucionalismo busca compreender o papel do processo *evolucionário* e o das chamadas instituições na formação do comportamento econômico. Rejeitando a redução simplória das instituições a preferências, tecnologia e natureza, negando assim a falácia naturalista. “A falácia naturalista, segundo formulou Hume [...] apresenta a demonstração, por redução, ao absurdo da pretensão de concluir juízos de valor a partir de juízos fácticos. Em termos gerais, a conclusão é a seguinte: do ser não se segue nenhum dever [...]” (BRITO, 2010, p. 216).

---

2

São exemplos de pensadores neoclássicos, L. Walras, A. Marshall e C. Menger. Devemos ressaltar que Veblen examinou a economia neoclássica de forma restritiva, desconsiderando a variedade de argumentos que se desenrolam em seu interior (SILVA, 2008, p. 137).

Sobre o termo evolucionário citado acima, podemos constatar a aproximação da teoria de Veblen com a teoria darwinista. Na realidade, o conjunto teórico construído por nosso pensador, também é conhecido como economia evolucionária, termo muito utilizado por ele, e que marca o ensaio deste de 1898, quando este se questiona se a economia é ou não uma ciência evolucionária. Silva (2008, p. 136), define de forma clara o significado desta economia: “[...] *Stricto Sensu*, a economia evolucionária é o estudo da adaptação, mudança ou a conservação de instituições bem-sucedidas através da história, daí sua aceitação como institucionalismo [...]”.

A aproximação de Veblen da teoria darwinista mostra a influência que o contexto exerce sobre o homem. O século XIX, mais especificamente a segunda metade, foi marcado pela busca da cientificidade de diversas áreas de conhecimento. O estatuto de ciência trazia o *status* de independência de uma determinada área perante outras. O campo de estudo da economia não escapou deste processo. A construção da sua cientificidade vai ocorrer entre o fim do século XIX e início do XX. Veblen apostou em uma ciência social pluralista que proporcionasse o estudo do econômico através de novas perspectivas. Tal conduta provavelmente deve-se a própria formação do economista, que na realidade transitava pela filosofia e sociologia. Para o autor, a economia neoclássica se constituía como uma oposição a uma ciência social mais plural.

Segundo Silva (2008), sob a influência de Darwin, Veblen estabeleceu uma ciência pré-evolucionista e pós-evolucionista. Os primeiros seriam guiados pela prática taxonômica, voltados para relações imutáveis. Já os segundos, tratariam das mudanças consecutivas no processo de causação. Somente o segundo grupo se enquadraria dentro da ótica da ciência moderna, que se orientava pelo evolucionismo avaliando historicamente as relações de causalidade. Para Veblen, a antropologia era o exemplo vivo da ciência moderna. Dentro desta abordagem, a economia neoclássica não seria evolucionária, logo não científica dentro dos padrões da ciência moderna, mas sim estática sem levar em consideração a cultura e a história. Não tratando da

dinâmica, os neoclássicos particularizavam o seu objeto de investigação na classificação de uma série de fenômenos.

Para Cavalieri (2013), dentro desta crítica da cientificidade aos neoclássicos, residiria o ponto central da reivindicação metodológica de Veblen – o combate aos conteúdos teleológicos das economias políticas. A nova ciência deveria ser livre de processos causais finalísticos. O que fortalecia essa visão teleológica da economia não evolucionária seria a preocupação com o caráter racional dos agentes – uma racionalidade maximizadora. A filosofia por detrás dos neoclássicos seria utilitarista e reduzia o indivíduo a singularidade social. É como se o ser humano fosse imutável em qualquer época e lugar. Desta forma, um indivíduo sempre responderia as experiências do meio da mesma forma, e dentro desta ótica buscaria sempre maximizar suas vantagens em função dos desejos de satisfação – o lucro sempre seria valorizado acima de qualquer coisa, independente das circunstâncias (VEBLEN, 1964). Em um trecho da obra *Veblen on Marx, race, Science and economic*, Veblen afirma que:

[...] a concepção hedonista do homem o apresenta como um calculador de prazeres e dores, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo e felicidade sob o impulso de estímulos que o movem no espaço, o deixando intacto. Ele não tem antecedente nem conseqüente. É um dado humano isolado, definitivo, em equilíbrio estável exceto pelas bofetadas das forças que o movem em uma direção ou em outra (VEBLEN, 1969, p. 73-74).

Silva (2008, p. 139), afirma que essa visão desconsiderava que um sujeito poderia ter motivações diversas quando considerado singularmente e dentro do corpo social. Os neoclássicos desconsideravam motivações coletivas, valores de grupo e o contexto histórico, não dando importância a estrutura institucional de uma dada sociedade. Nesse sentido, podemos afirmar que não só os neoclássicos tinham essa propensão para as construções teleológicas. Cavalieri (2013, p. 47), fala sobre as críticas de Veblen a outras escolas da economia política e da os exemplos de Adam Smith e Karl Marx. O primeiro possuía a crença de que no curso natural das coisas havia uma tendência benéfica

conducente ao bem-estar. Já o segundo, falava sobre o fim inevitável do sistema capitalista, e que este se daria quando a classe trabalhadora derrubasse a classe possuidora.

Sobre a questão da racionalidade singular do sujeito, esta acaba por levar a concepção de natureza humana, que leva diretamente a ideia da imutabilidade do ser humano. Sobre esta questão, é reveladora a obra do antropólogo cultural Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*, publicada em 1975. Em um dos capítulos desta obra, o antropólogo fala sobre *o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem*, mostrando que essa visão de um ser humano ser o mesmo em qualquer época e lugar, está inserida dentro da perspectiva iluminista do homem, que é a perspectiva do unitarismo, e diz:

A perspectiva iluminista do homem era, naturalmente, a de que ele constituía uma só peça com a natureza e partilhava da uniformidade geral de composição que a ciência natural havia descoberto sob o incitamento de Bacon e a orientação de Newton. Resumindo, há uma natureza humana tão regularmente organizada, tão perfeitamente invariante e tão maravilhosamente simples como o universo de Newton. Algumas de suas leis talvez sejam diferentes, mas *existem* leis; parte de sua imutabilidade talvez seja obscurecida pelas armadilhas da moda local, mas ela é imutável (GEERTZ, 2008, p. 46).

O surgimento do conceito de cultura, e a crise de paradigmas que se instalou no ocidente a partir da década de 60 do século XX, levando a descrença na existência de um homem único e superior tal como forjaram os iluministas, colocou em cheque a concepção de civilização e ao mesmo tempo a imutabilidade do homem, e mostrou que há influência dos costumes de lugares particulares na constituição do indivíduo.<sup>3</sup> Assim, ser diferente do que se considerava “padrão” saiu das categorias animais nas quais sociedades e comunidades consideradas diferentes, e por isso inferiores, eram colocadas.

---

3

Mesmo assim, sabemos que essa ideia de que existe uma natureza humana, ainda grassa em alguns meios, principalmente no pensamento do senso comum.

Para Geertz (2008), a cultura seria um mecanismo fundamental para a própria constituição do que compreendemos como ser humano, ela seria um *mecanismo de controle* do comportamento humano, um conjunto de códigos manuseados dentro da sua coletividade. As respostas sobre o que é ser humano estariam nas particularidades e não em reduções generalistas. O pensamento humano, ainda segundo o antropólogo estadunidense, seria basicamente tanto social como público, sendo o homem dependente de padrões culturais, que seriam sistemas organizados de símbolos significantes – o homem seria ele mesmo um *artefato cultural* (p. 55-60). E este artefato teria contornos diferentes, como formas de pensar e agir, dependendo do seu caldeirão cultural, do contexto em que estivesse inserido, dependendo disso a própria configuração de suas instituições.

Desta forma, aceitar uma racionalidade única seria hoje anacrônico, e Veblen já apontava para esta questão em fins do século XIX. Contudo, não podemos deixar de apontar o que Dallabrida (2011, p. 207) nos fala sobre a ideia de evolucionismo social, que é utilizada por Veblein, ter ligações com a ideia de evolução cultural – onde as sociedades começavam primitivamente e naturalmente iam progredindo. Cavalieri e Lima (2010, p. 11), inclusive apontam que Veblen trabalhava com uma antropologia *etapista* da história, que estaria dividida em quatro etapas: a selvageria pacífica, o barbarismo, a era da manufatura e a era das máquinas. Devemos tomar cuidado com o conceito de progresso arraigado ao evolucionismo social. Neste sentido, apontamos o pensamento do antropólogo político, Pierre Clastres.

Clastres (1984), afirma que os preconceitos contra as sociedades primitivas provem de um etnocentrismo. Tais comunidades na maioria das vezes são tratadas como sociedades da falta: sem Estado, sem leis, sem escrita, sem história. Como se o fim último de todas as sociedades fosse atingir a organização estatal, pois esse seria o curso natural do *progresso*. Inclusive a nomenclatura da economia de tais comunidades traduziria esse preconceito – economia de subsistência, termo associado muitas vezes à inferioridade tecnológica, logo a miséria dos homens que compunham essas comunidades.



Este termo é encontrado inclusive em dicionários de economia para definir as economias das sociedades chamadas pré-capitalistas. Sandroni (1999, p. 378), no dicionário organizado por ele afirma que o mercado só passa a existir no fim do período medieval, afirmando que o que há antes é uma economia natural ou de subsistência.

Sobre essas questões, Clastres (1984, p. 134-38) primeiramente nos fala que o Estado não é um beco evolutivo, sendo que até hoje presenciamos a existência de comunidades que não se organizam sob a tutela de um Estado. Em segundo lugar, comparar sociedades distintas seja no tempo, ou espaço é um erro grave. O autor nos dá um exemplo da comparação tecnológica, afirmando que não existe uma hierarquização técnica, e que não devemos comparar uma sociedade com a outra, inclusive no que se refere a tecnologia. Dando o exemplo dos tupis-guaranis, na época da chegada dos portugueses, ele fala da introdução pelos europeus do machado de metal, enquanto que os utilizados antes pelos índios eram de pedra. Ora, o machado de metal fez com que a produção ficasse mais rápida. Pela racionalidade do europeu que introduziu aquela tecnologia, se produziria mais no mesmo tempo que se trabalhava antes. Mas para o índio, com uma racionalidade diferente, se produziria a mesma quantidade em menos tempo. Este exemplo nos mostra que cada sociedade possui uma técnica, e não devemos julgar as sociedades a partir de uma tecnologia supostamente superior. Para as sociedades primitivas, sua técnica constituía em dominar o meio natural adaptado e relativo às suas necessidades. Isso não significa que essas sociedades eram incapazes de produzir excedentes, mas que dentro da sua lógica de vivência, de seus hábitos, de sua racionalidade elas não necessitavam de produzir esses excedentes, e se produziam o fim dado a eles era totalmente diferente do da nossa sociedade atual. Neste ponto nos encontramos mais uma vez com os predicados levantados por Veblen.

De acordo com Silva (2008), Veblen não negava ao indivíduo uma racionalidade, mas a ação dos indivíduos sempre se baseava principalmente em uma motivação instintiva e dependente de uma carga cultural. Para Veblen

(1898), a alternativa para combater essa racionalidade imutável apregoada pelos economistas pré-evolucionários, seria construir um novo tipo de homem, uma nova ontologia – uma nova racionalidade. E como esta racionalidade seria construída?

Para Veblen, seria construída através de hábitos e regras o que geraria resultados diferentes dos neoclássicos. De forma simplificada, o hábito seria a base da crença e da ação humana, assim, o ser humano não seria totalmente condicionado por uma racionalidade. O homem vebleriano teria seus atos submetidos aos seus hábitos (crenças e valores), este seria racional, mas sua racionalidade estaria pautada nos seus hábitos. Intimamente ligado ao conceito de hábito de pensamentos, estaria o conceito de instituição, que estaria enraizado na história e na cultura de uma dada sociedade. Cada sociedade teria uma compleição institucional que a definiria. Sobre este ponto Cavalieri e Lima (2010, p. 10-11) concluem que:

[...] Thorstein Veblen organizou seu sistema de economia através de uma dinâmica, temporal e causal, entre os instintos e as opções tomadas pelos indivíduos que se coletivizam e tornam-se instituições. É possível entender a sequência temporal como ocorrendo, primeiro, dos instintos para as ações que eles provocam, depois, para as ações que se tornam hábitos e institucionalizam-se e, por último, correndo sob uma dinâmica mais lenta, muito menos flexível, dos fenômenos sociais institucionalizados para afetar as inclinações humanas fundamentais [...].

Dentro desta lógica, os instintos não seriam simplesmente reflexos do indivíduo, mas uma inclinação fundamental da natureza humana, como a atitude de o homem pensar para chegar a um determinado fim. A origem dos instintos estaria no resultado do processo evolutivo, sendo transmitidos de forma hereditária, e teriam sido fundamentais para a preservação humana (CAVALIERI, 2013, p. 59-60). A partir destes instintos, os seres humanos projetam meios para cumprir determinados fins que são colocados pelas inclinações instintivas.

Para Veblen as instituições nascem desta construção de meios, e variam de acordo com o contexto histórico. Desta forma, as “[...] Instituições são modos de agir ou de pensar que, embora nascidos da necessidade humana de se perseguir algum fim determinado, acabam adquirindo uma dinâmica própria, isto é, tornam-se fins em si mesmas [...]” (CAVALIERI, 2013, p. 61).

Assim, as instituições nascem do que se chama de habituação, do caráter consuetudinário que ações ou vetores acabam por assumir. Vemos então, que o institucionalismo de Veblen, busca explicar o desenvolvimento econômico a partir da interação entre a sociedade e o indivíduo, sendo a racionalidade individual atrelada ao meio social ao qual o indivíduo pertence. Desta forma, o homem vebleriano não é o homem imutável da crença iluminista, mas está em constante evolução junto com as instituições que o cercam. Por outro lado, Veblen é bem-sucedido na construção de uma teoria que fuja das garras de um pensamento teleológico radical. Afinal, se as experiências e ações humanas dependem do contexto, logo cada sociedade responde aos seus problemas e dilemas de forma diferente.

Essa visão de Veblen, parte do entendimento que ele possuía de que existem aspectos que só podem ser analisados a partir da história, da cultura, ou da dinâmica das relações sociais. Em sua própria época, havia elementos que fugiam das explicações políticas econômicas ortodoxas. Cada vez mais a esfera do consumo ganhava foco, ao invés da produção. Como explicar, a partir das teorias convencionais, um produto que aumenta de preço, e justamente por isso passa a ser mais procurado? Neste caso, poderíamos dizer que o prestígio social possui maior relevância. Como explicar esta questão do prestígio social matematicamente? Seria possível quantificar elementos ligados à esfera do desejo e da psique? É a partir de dilemas como este, que o papel da história e da cultura se torna importante para a análise da economia de sociedades diversas. Destacamos aqui a importância do poder em seu caráter simbólico.

Bourdieu (1992), afirma que este tipo de poder possibilita a construção de uma dada realidade que tende a criar um sentido para o mundo em que se vive, tornando possível a concordância entre as inteligências. O que daria integração

ao corpo social seriam os símbolos. Estes, enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Em outras palavras, nem sempre as ações políticas, ou mesmo econômicas, podem ser analisadas, a partir, de dados concretos, ou calculados matematicamente. Muitas vezes, as ações humanas são comandadas pelas representações, que um indivíduo, ou uma coletividade possuem do mundo que os cercam.

Neste sentido, o conceito de representação nos auxilia a identificar o modo, como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é *construída*, pensada. A representação é uma forma de conceber o mundo, própria do senso comum, que é oriundo da experiência de vida dos indivíduos, mas que possui grande eficácia. Politicamente, o discurso da representação é poderoso e pode influenciar as ações humanas.<sup>4</sup> Desta forma, muitas vezes uma ação considerada simplesmente de caráter econômico possui ligações antes com as esferas políticas e culturais.

Voltando ao trabalho de Clastres (1984), quando este fala sobre a alienação política e a alienação econômica, o autor questiona o marxismo clássico que considera a economia sempre como a infraestrutura, e que seria sempre a partir das mudanças na economia que ocorreria mudanças nos demais setores da sociedade. O autor ao analisar o surgimento do Estado, constata que primeiramente houve uma mudança na base política das sociedades primitivas (alienação política), e só depois uma mudança na base econômica (alienação econômica). Para o autor foi à alienação política que tornou possível a alienação do trabalho, e logo a divisão do corpo social em grupos antagônicos. Mas a alienação política provavelmente está ligada a aspectos de caráter cultural, já que constatamos que em todos os casos das primeiras experiências estatais o local de poder e o da religião estão associados. Dessa forma, não haveria

---

4

Para Roger Chartier (1990), as representações são construções produzidas por distintos grupos sociais e expressam sua concepção de mundo. A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos.

primeiro o acúmulo da riqueza por uns para a tomada do poder, mas primeiramente um indivíduo, ou um grupo, se apoderou do poder, provavelmente através do domínio de um poder simbólico, e desta forma se apoderou da riqueza em detrimento de uma maioria. Este exemplo, dentro da teoria política econômica de Veblen, mostra que as transformações no terreno cultural levam a mudanças institucionais.

Para Veblen, o momento das transformações industriais também teria levado a mudanças institucionais, com novos hábitos de vida e pensamento, tendo reformulado, como já discutimos acima, a própria natureza da ciência. Contudo, como os elementos culturais de uma sociedade residem em um profundo emaranhado construído em cima hábitos e crenças antigas, as mudanças culturais não destroem totalmente, ou automaticamente hábitos defasados. Vemos um século XIX ainda permeado por mitos, superstições e uma profunda religiosidade (SILVA, 2008; HOBBSAWM, 2011). Um século que carregava em seu final, traços de uma crise iminente para o próximo século.

E realmente o século XX foi um século conturbado. Hobsbawm (2010), na última de suas eras o chamou de a *Era dos Extremos*, sendo a primeira parte do seu livro intitulada de a *Era da Catástrofe*. Marcado por profundos conflitos entre as potências europeias, o início do século XX seria marcado pela primeira grande guerra, e alguns anos mais tarde, por uma profunda crise do liberalismo econômico traduzida pela famosa *Crise de 29*. O mundo não mostrava mais o retrato de um equilíbrio, muito menos de um equilíbrio econômico. Veblen, assim como faria mais tarde Keynes, tentou ampliar o escopo da teoria econômica para além da análise incessante do equilíbrio que marcava as teorias econômicas tradicionais, e para isso buscou novas perspectiva através da antropologia e da história. Um *mundo em marcha*, em transformação, necessitava de novas abordagens, novas teorias e métodos para a sua compreensão.

Mesmo que a teoria econômica de Veblen não tenha ganhado tanto espaço nos anos pós 1929, e possua traços de uma evolução darwinista social, ligada a ideia de progresso, hoje já derrubada pela própria antropologia cultural,

o pensamento de Veblen tem muito a nos dizer, e a contribuir para o estudo da economia, e principalmente, para derrubar velhos preconceitos ainda persistentes contra as chamadas sociedades pré-capitalistas. O estadunidense enriqueceu os estudos da economia política ao trazer a flexibilização de categorias como salário, capital e trabalho, antes engessadas, imutáveis. Criticou o otimismo dos neoclássicos que era baseado no utilitarismo, em detrimento das preferências e desejos dos indivíduos, criticando assim o *homo economicus*.

Thorstei Veblen, ao afirmar que cada sociedade possui sua racionalidade, e que esta advém de hábitos e crenças de um determinado contexto, retira o foco de que uma sociedade deve possuir determinadas características para que possa ser completa. Para ele todas as sociedades possuem instituições. Para nós, isso significa dizer que as sociedades humanas são diversas, mas uma não seria menos humana, ou inferior, do que outra por conta disso. A plenitude de uma sociedade estaria nas necessidades que ela possui, e não nas necessidades e padrões estabelecidos por *oursiders*.

### **Sobre a autora:**

Doutoranda em História Social das Relações Políticas, pela Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva. Membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir-ES) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes).

### **Referências Bibliográficas**

BRITO, Adriano Naves de. Falácia naturalista e naturalismo moral: *do é ao deve mediante o quero*. *KRITERION*, Belo Horizonte, n. 121, p. 215-226, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.

CAVALIERI, Marcos Ribas. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 43-76, 2013.

- CAVALIERI, Marcos Ribas; LIMA, Iara Vigo de. *Aproximações de um olhar foucauldiano sobre o institucionalismo de Thorstein Veblen*. Disponível em: ([www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos\\_discussao/html/texto-\\_para\\_discussao\\_ano\\_2010\\_texto\\_11.html](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/html/texto-_para_discussao_ano_2010_texto_11.html)). Acesso em: Fev. 2014.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Global, 1984.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. Economia, cultura e desenvolvimento: uma primeira aproximação sobre as origens teóricas da abordagem do tema. G&DR, Taubaté, v. 7, n. 2, p. 282-299, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.
- SILVA, Vagner Luís da. Arqueologia da sociologia econômica: a contribuição de Thorstein Veblen. *Estudos de sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 133-151, 2008.
- VEBLEN, Thorstei. Why is Economics not an Evolutionary Science? *The Quarterly of Journal of Economics*, v. 12, n. 4, MIT, p. 373-397, 1898.
- VEBLEN, Thorstei. *Veblen on Marx, race, science and economics: the place of science in modern civilization and other essays*. New York: Capricorn Books, 1969.
- VEBLEN, Thorstei. *Essays in our changing order*. New York: A. M. Kelly, 1964.